

PROJETO DE LEI MUNICIPAL N.º 038/2017

Dispõe sobre a contratação temporária de excepcional interesse público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Selbach-RS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 7º, inciso II, da Lei Orgânica do Município, remete a apreciação desta Augusta Câmara de Vereadores o seguinte Projeto de Lei.

Art. 1º. - Autoriza o Poder Executivo a efetivar contratação, em caráter temporário de excepcional interesse público, nos termos do artigo 37, inciso IX da Constituição Federal e Lei Municipal 2.680/2009, para que haja a manutenção dos serviços públicos essenciais e primordiais Secretaria Municipal de Educação da Administração Municipal.

Art. 2º. - O profissional a ser contratado será: 01 (um) de Professor do Ensino Fundamental – 6º ao 9º ano/série na disciplina de Ciências, com carga horária de 22 horas semanais, devendo atender a titulação mínima prevista na Lei

Art. 3º. - A vigência da contratação será de 180 (cento e oitenta) dias, a partir do mês de agosto de 2017, podendo ser prorrogado para mais 30 (trinta) dias em caso de férias da Servidora licenciada.

Parágrafo Único: A presente contratação está vinculada a Licença Saúde e Licença Gestante da Servidora Daiane Daniela Klassmann Drews.

Art. 4º. - A remuneração do profissional contratado, será equivalente aos padrão e nível correspondente ao cargo descrito no artigo 2º desta Lei, correndo as despesas à conta da dotação específica para os cargos.

Art. 5º.- Esta Lei entrará em vigor na data de sua promulgação e publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, em 11 de agosto de 2017.

Sergio Ademir Kuhn
Prefeito Municipal

Registre-se, publique-se e
Cumpra-se, em 11.08.2017

Marli Teresinha Tonello Reis
Secretária de Administração,
Fazenda e Planejamento

**PROJETO DE LEI MUNICIPAL N.º 038/2017
DE 11 DE AGOSTO DE 2017**

MENSAGEM

ASSUNTO: Dispõe sobre a contratação temporária de excepcional interesse público e dá outras providências.

PROPONENTE: PODER EXECUTIVO

TRAMITAÇÃO: REGIME NORMAL

FUNDAMENTAÇÃO: Competência da Lei Orgânica do Município, art. 7º, inciso II.

Senhor Presidente, Senhores Vereadores.

Anexo encaminhamos a esta Egrégia Câmara, o Projeto de Lei Municipal n.º 038/2017 para o qual pedimos apreciação no regime normal desta Casa.

Dessa forma o presente projeto de Lei autoriza o Município de Selbach a contratar temporariamente e de excepcional interesse público, para suprir a deficiência de pessoal no quadro de professores do Município de Selbach/RS para fazer frente a resolutividade da demanda deste importante serviço:

- necessidade primordial em manter a execução de serviços essenciais de atendimento à educação, indispensável à comunidade;

- necessidade de substituir a professora Daiane Daniela Klassmann Drews (Professora do Ensino Fundamental – 6º ao 9º ano/série na disciplina de Ciências) em razão de Licença Saúde e Licença Gestante conforme Atestado Médico e Memorando em anexo.

Sendo o que tínhamos para o momento, subscrevemo-nos, renovando elevados protestos de estima e distinta consideração.

Cordialmente,

Sergio Ademir Kuhn
Prefeito Municipal

**EXMO SR.
BONEMAR BENDER
PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES
-NESTA-**

ANEXO I
CARGO: PROFESSOR - DOCENTE

- a) **Síntese de Deveres:** Participar do processo de planejamento e elaboração da proposta pedagógica da escola; orientar a aprendizagem dos alunos; organizar as operações inerentes ao processo ensino-aprendizagem; contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino.
- b) **Síntese de Atribuições:** Elaborar e cumprir o plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da escola; levantar e interpretar os dados relativos à realidade de sua classe; zelar pela aprendizagem do aluno; ter planejamento das aulas, estabelecer os mecanismos de avaliação; implementar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; organizar registros de observação dos alunos; participar de atividades extra-classe; realizar trabalho integrado com o apoio pedagógico; participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos; colaborar com as atividades e articulação da escola com as famílias e a comunidade; integrar órgãos complementares da escola; executar tarefas afins com a educação.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Carga horária semanal de 22 horas.

REQUISITOS PARA O PREENCHIMENTO DO CARGO:

- a) Idade mínima de 18 anos

b) Habilitação:

b.1) Para educação infantil e os anos/séries iniciais do ensino fundamental: formação em curso superior de graduação plena com habilitação específica para o nível.

b.2) Para os anos/séries finais do ensino fundamental: Formação em curso superior de graduação plena correspondente à área de conhecimento específico ou disciplina respectiva ou complementação pedagógica, nos termos da legislação vigente.